



# II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas  
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

## A CONFIGURAÇÃO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS DE PARLAMENTARES PARANENSES NO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (2004-2015)

Suélen Barboza Eiras de Castro (UFPR); Fernanda Gimenez Milani (UEM); Thiago Oliveira dos Santos (UFPR); Fernando Augusto Starepravo (UEM); Fernando Marinho Mezzadri (UFPR)

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil  
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil  
[sueleneiras@hotmail.com](mailto:sueleneiras@hotmail.com)

**Palavras-chave:** Orçamento; Esporte; Políticas públicas.

### Introdução

No Brasil, estudos sobre financiamento público esportivo vem crescendo nos últimos anos, sobretudo, pós realização dos Megaeventos esportivos sediados aqui. A temática pode ser considerada elemento fundamental para o entendimento da atuação estatal no campo esportivo. Salvador (2010) afirma que as investigações sobre o orçamento público demonstram as prioridades do governo, possibilitando a compreensão de seus programas de atuação e as disputas que rodeiam este universo. Dentre estas disputas, Castro (2016) identificou substantivas alterações entre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que de certa forma evidenciam as relações de cúmplices-parceiros entre os Poderes Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento no setor esportivo. Estas relações, no entanto, têm sido pouco exploradas pela literatura. Diante deste cenário, entendemos a necessidade de aprofundarmos a análise destas relações, buscando investigar as configurações das emendas parlamentares de representantes do estado do Paraná.

### Objetivos

Investigar a alocação de emendas individuais dos representantes paranaenses para o setor esportivo no Orçamento Geral da União de 2004 a 2015. Como objetivos específicos: (1) mapear o volume e o percentual da cota parlamentar destinada ao setor esportivo; (2) levantar em quais esferas governamentais foram alocados os recursos pelos parlamentares paranaenses; e (3) identificar as ações privilegiadas pelos parlamentares.

### Metodologia





# II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas  
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

## Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

A pesquisa, quantitativa de cunho exploratório, teve como fonte de dados o portal SIGA Brasil<sup>1</sup>. Neste portal, coletamos os dados do Orçamento Geral da União referentes às emendas parlamentares no decorrer do processo de elaboração das Leis Orçamentárias de 2004 a 2015 que tinham como unidade orçamentária o Ministério do Esporte e que estavam alocadas na função “Desporto e Lazer”. Acessamos os relatórios padronizados do Siga Brasil e, através da interatividade do portal, acrescentamos outras informações. Coletamos e tabulamos os seguintes dados: ano, autor da emenda, unidade federativa do autor da emenda, partido<sup>2</sup>, número da emenda, unidade federativa da emenda, localidade, subfunção, programa, ação, funcional, ação e subtítulo, esfera, grupo de natureza de despesa (GND), modalidade de aplicação, R\$ Atendido Setorial; R\$ Atendido Geral e R\$ Atendido Autógrafo. Após a tabulação dos dados, atualizamos os valores orçamentários de acordo com o índice do IPCA<sup>3</sup> de 2015 e eliminamos emendas com dotações zeradas na etapa “Autógrafo”. Para fins deste trabalho, consideramos apenas as emendas individuais e aquelas que a unidade federativa do autor da emenda era o estado do Paraná. Recorremos à análise quantitativa descritiva a fim de averiguar o volume e a representatividade das emendas no orçamento do ME e de caracterizá-las quanto ao tipo de emenda, nível de emenda, localidade e dimensão esportiva contemplada.

## Resultados

Parlamentares paranaenses alocaram R\$ 378,5 milhões (8%) de suas cotas em emendas individuais no setor esportivo. Esta alocação envolveu a aprovação de 476 emendas de um conjunto de 59 parlamentares. Apenas 3 representantes paranaenses não apresentaram emendas na área. Exceto pela aprovação de uma emenda ao nível nacional, o estado e os municípios do Paraná foram elencados como destinatários de 99,9% dos recursos aprovados, dos quais R\$ 224 milhões (59,3%) foram designados ao estado e R\$ 153 milhões (40,5%) aos municípios. Dos recursos designados ao estado, 82,6% seriam implementados pelos municípios. A prioridade das emendas (n=437) foi direcionada à ação de infraestrutura esportiva (R\$ 370,8 milhões - 98%). O restante foi alocado em ações referentes ao desenvolvimento de atividades esportivas (1,8%) e eventos esportivos (0,2%).

## Conclusões

Concluimos que a alocação das emendas de parlamentares paranaenses não privilegiou o setor esportivo. Quando alocadas, as emendas priorizaram ações de infraestrutura esportiva em municípios na unidade federativa de vinculação dos parlamentares. Dessa forma, sugerimos a necessidade de estudos futuros sobre a

<sup>1</sup> <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>.

<sup>2</sup> Tendo em vista a ocorrência de trocas de partidos, consideramos o partido em que o parlamentar estava vinculado no momento da apresentação e aprovação da emenda.

<sup>3</sup> O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 01 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões (IBGE, 2017).



# II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas  
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

## Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

elaboração e execução das propostas orçamentárias, bem como a necessidade de estudos que envolvam as demais esferas do país.

### Referências

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. Rev Bras Ciênc Esporte. n. 1, v. 37, 2015.

CASTRO, S.B.E. Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária. 382f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CASTRO, Suelen Barboza Eiras de; SOUZA, Doralice Lange de. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento. Rev Bras Educ Fís Esporte, São Paulo, v3, n.29, p. 507-518, 2015.

CORREIA, A. J. et al. Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa Bolsa Atleta (2005-2011). Pensar a Prática, Goiânia, v. 17, p. 115, 2014.

DIAS, Yuri Rafael, et al. O judô no programa governamental bolsa-atleta: a distribuição espacial dos bolsistas (2011-2013). Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 1, jan./mar. 2016.

DIAS, Yuri Rafael et al. O panorama do Judô no programa “Bolsa-Atleta”: uma análise entre os anos de 2011 a 2013. Motrivivência v. 28, n. 49, p. 82-98, dezembro/2016.

DINIZ, Rafael Silva; SILVA, Luciano Pereira da. O icms esportivo e o financiamento das políticas municipais de esporte em minas gerais. Movimento, Porto Alegre, v. 22, n. 4, 1223-1236, out./dez. de 2016.

MARCARENHAS, Fernando. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.4, n.30, p.963-980, 2016.

MORAES E SILVA et al. O financiamento público do rúgbi brasileiro: a relação governo federal e Confederação Brasileira de Rugby (CBRu). Revista da educação física/UEM, v. 26, n. 2, p. 245-286, 2015.

ORDONHES, Mayara Torres; SANT’ANA DA LUZ, Wallinson Ramos; CAVICHIOILLI, Fernando Renato. Possíveis relações entre investimentos públicos e obtenção de resultados: o caso da natação brasileira. Motrivivência v. 28, n. 47, p. 82-95, maio/2016.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.